



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA/RS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2016

Nota Geral: Estas Notas explicativas referem-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Poder Executivo, Legislativo e Regime Próprio de Previdência Social.

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - No Balanço Orçamentário, conforme IPC 07, foram excluídas as operações intraorçamentárias, ou seja, R\$ 789.821,99 de receita intraorçamentária e R\$ 789.821,99 de despesas intraorçamentárias.

Nota 4 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 – Receitas Correntes Intraorçamentárias	789.821,99	3.0.9.1.00.00 – Despesas Correntes Intraorçamentárias	789.821,99	789.821,99	789.821,99
8.0.0.0.00.00 – Receitas de Capital Intraorçamentárias		4.0.9.1.00.00 – Despesas de Capital Intraorçamentárias			
TOTAL	789.821,99	TOTAL	789.821,99	789.821,99	789.821,99

Nota 5 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 2.210.226,12. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$ 9.617,78
- Deduções de receita por restituições	R\$ 11.115,94
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$
- Deduções de receita por compensação	R\$
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$ 2.177.266,36

“Teu Progresso Nosso Futuro”



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- Deduções de receita por retificações	R\$
- Outras Deduções de receita	R\$ 12.226,04

Nota 6 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 390.000,00
Repasses concedidos ao RPPS	R\$
Repasses concedidos aos órgãos da Administração Indireta	R\$
Total dos repasses concedidos	R\$ 390.000,00

Nota 7 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2016 como fonte de abertura para créditos adicionais, cujo total utilizado (R\$ 1.417.251,44) contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2015	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
0001 – Recursos Livres	540.721,04	500.721,04
0020 - MDE	0,03	40.000,00
0031 – Fundeb	24.335,00	24.335,00
0050 – RPPS	9.573.422,99	0,00
1028 – SALARIO EDUCAÇÃO	34.743,67	34.743,67
1064 - PSMC.	751,19	751,19
1068 – OASF	10.025,23	10.025,23
1075 – CIDE	2.867,81	2.867,81
1090 – ALIENAÇÃO EDUCAÇÃO	51.628,66	44.628,66
1092 – ALIENAÇÃO LIVRE	15.373,16	13.443,16
1099 – FNDE- PAR SALAS	44.029,53	22.871,69
1101 – FUNDAGRO	28.433,73	0,00
1115 – IGD – BF	7.046,20	7.046,20
1161 – PROG. ESTAÇÃO JUVENTUDE	105.863,30	92.863,30
1164 – CONSTRUÇÃO CRAS	256.865,77	122.000,00
1170 – MIN. CID. PL URBANO	45.765,65	37.554,86
2025 – FUNDO MUN. HABITAÇÃO	3.733,63	3.733,63
2050 – MULTA DE TRANSITO	190,78	190,78
4002 – ALIENAÇÃO BENS SAUDE	3.416,55	3.416,55
4011 – INC. AT. BASICA	110.662,06	110.662,06
4050 – FARM. BASICA	832,19	832,19
4160 – PIM	2.147,00	2.147,00
4190 – VG EPIDEMIOLOGICA	1.480,00	1.480,00
4293 – AQ. EQUI. SAUDE	38.396,43	38.396,43



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4510 – PAB FIXO	15.158,20	15.158,27
4520 – PABV PSF	7.698,00	7.698,00
4590 – MAC TETO FINANC.	9.750,40	9.750,40
4710 – PFVS – VISA	15.479,26	15.479,26
4720 – VS VIGSUS II	344,20	344,20
4730 – VS CAMP. VAC.	37,84	37,84
4760 – VIG. SANIT	4.050,18	4.050,18
4770 – AF FAR. BAS FIXA	22,91	22,91
4931 – FMS AQUIS. EQUIP.	250.000,00	250.000,00
TOTAL	11.205.272,59	1.417.251,44

Nota 8 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2016, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas, incluídas as operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2016** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	7.146,03
9.1.1.2.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DAS TAXAS	5.519,12
9.1.2.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	
9.1.3.2.5.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	2.007,21
9.1.3.2.8.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	12.226,04
9.1.7.2.1.01.02.06 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	1.452.523,32
9.1.7.2.1.01.05.04 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	5.432,93
9.1.7.2.1.33.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
9.1.7.2.1.34.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS	
9.1.7.2.1.35.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	
9.1.7.2.1.36.00.05 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	4.332,16
9.1.7.2.2.01.01.01 - DEDUÇÃO COTA PARTE ICMS – PROPRIO	38,58
9.1.7.2.2.01.01.05 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	666.716,75
9.1.7.2.2.01.02.04 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	39.936,22
9.1.7.2.2.01.04.05 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI/EXPORTACAO	8.324,98
9.1.7.2.2.33.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAUDE	
9.1.7.2.2.99.00.00- (R) DEDUÇÕES OUTRAS TRANSF. DOS ESTADOS	5.180,60
9.1.7.2.4.01.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA DAS TRANSFERENCIAS DOS RECURSOS DO FUNDEB	
9.1.7.6.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS	
9.1.9.1.1.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	
9.1.9.1.3.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	
9.1.9.3.1.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	
9.1.9.9.0.99.00.00 - (R) DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	
9.2.4.7.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	
9.2.5.9.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	842,18
Total das Deduções da Receita Orçamentária	2.210.226,12

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 918/2011, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 19/2011, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2016, 26,94% da receita resultante de impostos e transferências. O Balanço Financeiro apresenta o detalhamento dos recursos da Educação por fonte de recursos.

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

representaram 16,11% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012 e constam no corpo do Balanço Financeiro.

Nota 4 - Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que, nos termos da Lei Municipal nº 851/2005 são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, conforme o seguinte detalhamento.

Receitas Previdenciárias		Despesas Previdenciárias	
Especificação	Valor arrecadado	Especificação	Valor empenhado
Contribuições dos Segurados	334.892,65	Aposentadorias	380.463,66
Contribuições Patronais	789.821,99	Pensões	54.075,89
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	108.301,98	Outros Benefícios Previdenciários (salário família, salario maternidade, auxílio doença)	110.822,11
Rendimentos das Aplicações do RPPS (valor líquido)	1.568.694,10	Compensação Previdenciária	45.789,51
Outras receitas previdenciárias		Sentenças Judiciais	
		Despesas Administrativas do RPPS	
Total das Receitas Previdenciárias	2.801.710,72	Total das Despesas Previdenciárias	591.151,17

Nota 5 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS. Os valores estão detalhados no corpo do Balanço Financeiro.

Nota 6 - Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das demais fontes de recurso, conforme consta detalhado no Balanço.

Nota 7 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como as inscrições e pagamentos de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro de 2016:

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	283.742,43	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		358.342,45
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		92.304,00
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	2.787,70	2.787,70
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO	38.297,73	38.297,73

“Teu Progresso Nosso Futuro”



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MATERNIDADE PAGO		
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR		
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS		
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES	1.143.089,19	1.132.946,66
2.1.8.8.1.04.00 – Depósitos e cauções	7.153,57	20.422,63
Outros recebimentos extraorçamentários		
Outros pagamentos extraorçamentários		4.745,56
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	1.475.070,62	1.649.846,73

Nota 8 – Outros recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os valores informados se referem a contrapartidas de registros de entradas e saídas de recursos financeiros em situações excepcionais, decorrentes dos seguintes fatos: Perdas em Investimentos do RPPS.

Ocorrência	Ingressos	Dispêndios
Rendimentos negativos de aplicações financeiras do RPPS		4.745,56
Perdas involuntárias de caixa e bancos (cheques devolvidos, roubos, desfalques, desvios, sinistros)		
Ajustes contábeis de exercícios anteriores – saldos financeiros		
Total de outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários		4.745,56

Nota 9 –Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com inclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Nova Boa Vista/RS, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 07 Secretarias Municipais, Gabinete do Prefeito, 07 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2016, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 1.845.820,70. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um <<Decréscimo >> de 13,94%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas<<dívida ativa de curto prazo>>. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 51,58% do total de créditos. O restante, correspondente a 48,42% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas por meio de contas **redutoras do ativo**.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2016;

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	
1.1.2.2.0.00 - CLIENTES		1.2.1.1.1.02 - CLIENTES	
1.1.2.3.0.00 – CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	122.624,33	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	157.529,96
1.1.2.4.0.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	22.127,19	1.2.1.1.1.04 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	73.635,19
1.1.2.5.0.00 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	3.151,11	1.2.1.1.1.05 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	107.591,37
1.1.2.6.0.00 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	22.794,19	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-178.527,71
1.1.2.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	
1.1.3.1.0.00 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS			
1.1.3.2.0.00 - TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR			



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1.1.3.3.0.00 - CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
1.1.3.4.0.00 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO			
1.1.3.5.0.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS			
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO			
1.1.3.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	170.696,82	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	160.228,81

Nota 5 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as quais se processaram de acordo com as a Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional.

Título / Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.01 – Títulos Públicos	
1.1.4.1.1.02 – Ações	
1.1.4.1.1.03 – Derivativos	
1.1.4.1.1.09 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA – RPPS	11.781.099,43
1.1.4.1.1.10 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	
1.1.4.1.1.11 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO IMOBILIÁRIO – RPPS	
1.1.4.1.1.12 - APLICACOES EM ENQUADRAMENTO – RPPS	
1.1.4.1.1.13 - TITULOS E VALORES NAO SUJEITOS AO ENQUADRAMENTO – RPPS	
1.1.4.1.1.14 - APLICACOES COM A TAXA DE ADMINISTRACAO DO RPPS	
1.1.4.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	
Total dos Investimentos a Aplicações Temporárias a Curto Prazo	11.781.099,43

Nota 6 – Estoques: Não há conta Estoques no balanço do Município, pois não existe controle de estoques em almoxarifado, sendo as despesas consideradas como consumo imediato.

Nota 7 – VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2016 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 14.772,15, referente a despesa como seguros e assinaturas.

Nota 8 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título REFERE-SE a participação do município nos consórcios CONISA, Consórcio Intermunicipal de Saúde da Grande Sarandi e Consórcio Intermunicipal de Nova Boa Vista, Chapada, Novo Barreiro e Barra Funda. Em relação ao consórcio CONISA, o Município solicitou o seu desligamento, entretanto, até a data de 31/12/2016, o Município não recebeu os documentos oficiais do desligamento, o valor de R\$ 5.213,60 que consta como participação refere-se ao valor inicialmente investido, sem ajustes posteriores por falta de documentação. O resultado negativo referente a participação no consórcio de Sarandi está registrado na conta Contábil 21891.41.02.01.00. PERDAS EM CONS.PUBLICOS –SARANDI.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Município nos consórcios públicos:

Identificação do Consórcio	Total do Patrimônio Líquido do Consórcio Data Base 31/12/2015	% de participação do Município	Resultado da Equivalência Patrimonial
Conisa	-	-	5.213,60
Consórcio de Sarandi	(375.840,62)	5,89%	(22.137,01)
Consórcio de Chapada, Nova Boa vista, Barra Funda e Novo Barreiro	18.697,17	25%	4.674,29

Nota 9 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores constantes no inventário geral realizado em 20/12/2016 mais novas incorporações. Em 2012, foi iniciado o procedimento de depreciação a partir dos móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização. A depreciação é calculada com base no Decreto n. 1252/2012 e Decreto 1407/2014. Em 2016 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 6.828.177,33, representando 36,40 % do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um <<acrécimo>> de R\$ 263.066,26. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.958.426,62
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	238.896,02
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	557.177,32
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	130.186,06
1.2.3.1.1.05 – VEICULOS	2.060.908,79
1.2.3.1.1.06 - PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	
1.2.3.1.1.07 - BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	
1.2.3.1.1.08 - BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	1.629,00
1.2.3.1.1.09 – ARMAMENTOS	
1.2.3.1.1.10 – SEMOVENTES	
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	880.953,52
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	(1.852.552,52)
1.2.3.9.1.01 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	
Total de Bens Móveis	4.975.624,81

Nota 10 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, deu-se início aos procedimentos de inventário, avaliação / reavaliação, depreciação e quando cabível, a amortização ou exaustão dos bens imóveis, nos termos do regulamento aprovado pelo Decreto n. 1252/2012 e Decreto 1407/2014. Ainda, cumpre relatar que, através da Comissão criada pela Portaria nº 4346, alterada pela Portarias 4347/2016, determinou-se o levantamento dos imóveis de propriedade do Município, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 77% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um <<acrécimo>> de 12% na conta dos bens imóveis. No grupo demais bens imóveis estão registrados os bens de propriedade do município que estão cedidos para terceiros no valor de R\$ 2.793.024,49, bem como bens de terceiros recebidos em cedência no valor de R\$ 235.000,00.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	8.611.981,65
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	2.599.966,12
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	201.757,73
1.2.3.2.1.07 - INSTALAÇÕES	19.000,00
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMOVEIS	3.028.024,49
1.2.3.8.1.02 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(643.277,72)
1.2.3.8.1.04 - (-) EXAUSTÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(26.666,88)
1.2.3.8.1.06 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	
1.2.3.9.1.02 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS	
Total de Bens Imóveis	13.790.785,39

Nota 11 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo, salientando que os valores de curto prazo mais expressivo se referem as férias(provisões):

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	471.896,57	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	16.615,60	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	
Total a Curto Prazo	490.374,62	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 12 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldo são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2016, e compreendem as obrigações financeiras <<internas>> do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados e curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 654.421,30. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação <<negativa>> de 452,60%. Em relação aos contratos com encargos financeiros prefixados, de acordo com o MCASP, a partir do exercício de 2013, passou-se a apropriar em contas retificadoras, os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término dos respectivos contratos. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO		2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO	203.973,74	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	450.447,56

“Teu Progresso Nosso Futuro”



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRAZO - INTERNO		- INTERNO	
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO		2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	22.841,52	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	23.940,36
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO		2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	(22.841,52)	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	(23.940,36)
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO		2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	
Total a Curto Prazo	203.973,74	Total a Longo Prazo	450.447,56

Nota 13 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 276.609,59, representando um <<decrécimo>> de 15,51% em relação ao ano anterior.

Nota 14 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 9.520,39, com <<aumento>> de 4,62% em relação ao ano anterior.

Nota 15 – Provisões a Curto e a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No longo prazo, as provisões apresentaram um <<decrécimo>> de 14,32% em relação ao exercício anterior. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada em 31/12/2015, representa 100% do total das Provisões a Longo Prazo.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.7.1.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		2.2.7.1.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	
		2.2.7.2.0.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	9.576.318,88
2.1.7.3.0.00 - PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		2.2.7.3.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	
2.1.7.4.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		2.2.7.4.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	
2.1.7.5.0.00 - PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO		2.2.7.5.0.00 - PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRAZO			
2.1.7.6.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		2.2.7.6.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO	
2.1.7.9.0.00 - OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		2.2.7.9.0.00 - OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	
Total a Curto Prazo	0,00	Total a Longo Prazo	9.576.318,88

Nota 16 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um <<decrécimo>> de 21,78% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2016, 4,0% do passivo circulante. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto a longo prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Saldo	Demais Obrigações a Longo Prazo	Saldo
2.1.8.1.0.00 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		2.2.8.1.0.00 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO	
2.1.8.2.0.00 - OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS		2.2.8.2.0.00 - OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS A LONGO PRAZO	
2.1.8.3.0.00 - ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR		2.2.8.3.0.00 - DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A LONGO PRAZO	
2.1.8.4.0.00 - DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO		2.2.8.4.0.00 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	
2.1.8.5.0.00 - DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR			
2.1.8.6.0.00 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR			
2.1.8.8.0.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	26.023,25	2.2.8.8.0.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	
2.1.8.9.0.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.025,01	2.2.8.9.0.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
Total a Curto Prazo	34.048,26	Total a Longo Prazo	

Nota 17 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2016 totalizou em R\$ 1.014.526,60, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2016 apresentou um <<acrécimo>> de R\$ 99.022,69, aumentando em 10,82% o estoque da dívida flutuante em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2016 somou R\$ 283.742,43, sendo que, deste total, R\$ 283.742,43, ou seja, 100% foram inscritos com a necessária disponibilidade financeira para a sua cobertura. O saldo inicial da Dívida Flutuante foi de R\$ 915.503,91, tendo sido inscrito no exercício R\$ 18.423.947,85 e baixado R\$ 18.324.925,16, restando um saldo da dívida flutuante de R\$ 1.014.526,60.

Nota 18 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um <<superávit>> de R\$ 5.369.320,83, o Patrimônio Líquido apresentou um <<acrécimo>> de 32% em relação ao ano de 2015.

Nota 19 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo <<devedor>> de R\$ 115.438,09 resultante principalmente dos lançamentos listados abaixo:

a) foi registrado a <<débito>> nesta rubrica o valor de R\$ 2.139,20, tendo como contrapartida a conta 121110301010000. O ajuste é relativo a um estorno para corrigir um lançamento realizado indevidamente em 31/10/2015, onde creditou-se VPA quando o correto era baixar da conta de Empréstimo incentivo Agrícola de longo prazo;

b) também foi registrado a <<débito>> o montante de R\$ 106.000,00, que se refere a baixa dos terrenos sob. n. 2396, 2398, 2401, 2397, 2404, 2400, 2402 e 2399 os quais equivocadamente foram registrados em duplicidade no patrimônio municipal.

c) foi registrado a <<débito>> nesta rubrica o valor de R\$ 292,00, tendo como contrapartida a conta 123110300030000. O ajuste é relativo a baixa do bem 1774, pois os mesmos não pertencem ao município e foram incluídos indevidamente no patrimônio quando do levantamento patrimonial.

d) foi registrado a <<débito>> nesta rubrica o valor de R\$ 4.000,00, tendo como contrapartida a conta 123210104010000. O ajuste é relativo a baixa do bem 2403, pois o mesmo foi cadastrado em duplicidade no patrimônio municipal.

e) foi registrado a <<débito>> nesta rubrica o valor de R\$ 6.802,20, tendo como contrapartida a conta 213110301160000. O ajuste é relativo às despesas com a empresa Stericycle, uma vez que em anos anteriores foram efetuados estornos de empenhos pelo não envio das devidas notas fiscais em tempo hábil.



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. As incorporações de ativos tiveram <<aumento>> de R\$ 28.845,50 em relação ao ano anterior, e foram impactadas, principalmente por fatores como reavaliação de bens móveis e imóveis e ganhos com incorporação de ativos.

Item / Subitem	Valor R\$
4.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	22.700,00
4.6.1.2.0.00 - REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
4.6.1.9.0.00 - REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	
4.6.2.1.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
4.6.2.2.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	
4.6.2.3.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
4.6.2.9.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS	
4.6.3.1.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	
4.6.3.2.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS	
4.6.3.3.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE VALORES APREENDIDOS	
4.6.3.9.0.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	22.128,00
4.6.5.1.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	
4.6.5.2.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
4.6.5.3.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	
Total das valorizações e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	44.828,00

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2016, os registros nesse item somaram R\$ 2.637.588,91, representando um <<aumento>> de 240,00% em relação ano anterior, onde se destacam os acréscimos relacionados as Reversão de provisões matemáticas previdenciárias - LP, bem como à compensação financeira RPPS/RGPS que somaram, respectivamente, R\$ 1.600.100,96 e R\$ 108.301,98.

Item / Subitem	Valor R\$
4.9.1.0.1.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO	
4.9.2.1.0.00 - RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
4.9.2.2.0.00 - DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS	
4.9.7.1.1.00 - REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	1.600.074,77
4.9.7.2.0.00 - REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	26,19
4.9.9.1.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	108.301,98
4.9.9.2.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS	
4.9.9.3.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICAÇÕES	
4.9.9.4.0.00 - AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO EM INVESTIMENTOS	
4.9.9.5.0.00 - MULTAS ADMINISTRATIVAS	
4.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4.9.9.7.0.00 - VPA DECORRENTE ALIENAÇÃO BENS APREENDIDOS	
4.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	929.185,97
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.637.588,91



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros da reavaliação do ativo imobilizado, da depreciação, amortização e exaustão somaram R\$ 434.000,00, apresentando um acréscimo de 1.234% em relação ano anterior. Os “Ajustes de bens, valores e créditos” teve um registro total de R\$ 83.236,56, representando um acréscimo em relação ano anterior.

Item / Subitem	Valor R\$
3.6.1.1.0.00 - REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO	
3.6.1.2.0.00 - REAVLIAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
3.6.1.3.0.00 - REAVLIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	
3.6.1.4.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	
3.6.1.5.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	434.000,00
3.6.1.6.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	
3.6.1.7.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	83.236,56
3.6.1.8.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	
3.6.2.1.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
3.6.2.2.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	46,80
3.6.2.3.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
3.6.2.9.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS	
3.6.3.1.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	2.479,83
3.6.3.2.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS	
3.6.3.3.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES	
3.6.3.9.0.00 - OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS	
3.6.4.0.1.00 - INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – CONSOLIDAÇÃO	
3.6.5.0.1.00 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS – CONSOLIDAÇÃO	12.035,75
Total das desvalorizações e perdas de ativos e incorporações de passivos	531.798,94

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2016, os registros nesse item somaram R\$ 119.129,83, representando uma <<diminuição>> de R\$ 1.186.001,50 em relação ao ano anterior. O quadro a seguir detalha a composição das outras variações patrimoniais diminutivas:

Item / Subitem	Valor R\$
3.9.1.0.0.00 – PREMIAÇÕES	30.904,26
3.9.2.1.0.00 - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	29.898,39
3.9.4.0.0.00 – INCENTIVOS	
3.9.5.0.0.00 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.000,00
3.9.6.0.0.00 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	
3.9.7.1.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	
3.9.7.2.0.00 - VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	
3.9.7.3.0.00 - VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS	
3.9.7.4.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	
3.9.7.5.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS	
3.9.7.6.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP	
3.9.7.9.0.00 - VPD DE OUTRAS PROVISÕES	
3.9.9.1.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	45.789,51
3.9.9.2.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS	
3.9.9.3.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICAÇÕES	
3.9.9.4.0.00 - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO EM INVESTIMENTOS	
3.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	215,25



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.322,42
Total das outras variações patrimoniais diminutivas	119.129,83

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi <<positivo>> de 5.369.320,83. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação de 1.310%.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destino dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	100,00
Alienação de Bens Imóveis	
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	2.625,65
TOTAL DAS ORIGENS	
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	70.518,37
Inversões Financeiras	
Amortização da Dívida	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	
Regime Geral de Previdência Social	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALENAÇÃO DE ATIVOS	-67.792,72
SALDO NÃO APLICADO	0,00



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantêm compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo <<positivo>> de R\$ 4.191.765,52, contribuindo em 174% para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme os itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3 e 6.2.4 da 6ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2016, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo <<NEGATIVO >> de R\$ 2.961.904,00, contribuindo em -123% para a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi <<positivo>> de R\$ 1.175.976,91, o que contribuiu para um <<aumento>> dos níveis de endividamento do Município. Em resumo, o resultado desse fluxo representou 49% da geração líquida de caixa do período.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.